

Lei nº 3.389, de 17 de abril de 2012.

“Concede a revisão de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, no subsídio dos Vereadores e na verba de representação do Presidente, e dá outras providências”.

IVO DOS SANTOS LAUTERT, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos Vereadores, fixados na Lei nº. 2.821, de 06 de maio de 2008, face à revisão de 5,24% (cinco vírgula vinte e quatro por cento), de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, passa a ser de R\$ 3.424,65 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais com sessenta e cinco centavos).

Art. 2º A verba de representação do Presidente da Câmara passa a ser de R\$ 856,13 (oitocentos e cinquenta e seis reais com treze centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

3.1.90.11.00.00.00 – Venc. e vantagens fixas pessoal civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos a partir de 1º de abril de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 17 de abril de 2012.

Ivo dos Santos Lautert
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Sérgio Junqueira Nunes
Secretário Municipal da Administração
e Recursos Humanos

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de lei visa conceder revisão do subsídio dos Vereadores e na verba de representação do Presidente da Câmara, e dá outras providências, tendo em vista que o Poder Executivo está concedendo reajuste aos servidores públicos municipais.

Ocorre que a norma legal que fixou o subsídio dos Vereadores e a verba de representação do Presidente, no art. 3º, estabelece: “Art. 3º - O subsídio dos Vereadores, de que trata o artigo 1º, e a verba de representação de que trata o artigo 2º desta Lei, serão reajustados, por meio de lei específica, na mesma data e no mesmo índice que for procedida a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, conforme o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê, no inciso X do art. 37: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso, assegurada à revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Portanto, Senhores Vereadores, solicitamos a aprovação do projeto, haja vista as razões acima expostas.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2012.

Ver. Régis Eli Amaral dos Santos,
Presidente.

Ver. José Harry Saraiva Dias,
1º Secretário.

Ver. Luiz Carlos Martins,
2º Secretário.